

## AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5217415.66.2021.8.09.0000

## COMARCA DE GOIÂNIA

AGRAVANTE	:	NTO PARTICIPAÇÕES E HOLDING LTDA e ANA PAULA ARAÚJO D'ÁVILA SERTORI
AGRAVADO	:	ESPÓLIO DE AQUITALINO MOREIRA DOS SANTOS NETO
RELATOR	:	DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ
e-mail	:	gab.fausto@tjgo.jus.br

## DECISÃO LIMINAR

**NTO PARTICIPAÇÕES E HOLDING LTDA e ANA PAULA ARAÚJO D'ÁVILA SERTORI** interpõem agravo de instrumento contra decisão (35º evento da demanda originária nº 5200378.67) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível da comarca de Goiânia, **Dr. Otacílio de Mesquita Zago**, nos autos da ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com apuração de haveres ajuizada em face do **ESPÓLIO DE AQUITALINO MOREIRA DOS SANTOS NETO**.

As agravantes ingressaram com ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com apuração de haveres relativos à pessoa jurídica ora primeira agravante, cujo quadro social originário era composto pela 2ª agravante, com participação de um por cento das cotas, e pelo Senhor Aquitalino Moreira dos Santos Neto, titular dos outros noventa e nove por cento das cotas (49.500 cotas), falecido aos 08/03/2021.

Almejam as autoras, portanto, a liquidação parcial da pessoa jurídica agravante, com a respectiva apuração das cotas do *de cujus* suso indicado, e o consequente pagamento do crédito correspondente aos herdeiros do sócio falecido, porquanto impraticável a continuidade da empresa com os sucessores daquele. Para tanto, respaldam sua pretensão na cláusula sexta do contrato social da pessoa jurídica objeto da dissolução parcial – e recorrente – a qual prevê que, “no caso de falecimento ou impedimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando o seu negócio com os sócios remanescentes, o cônjuge e os herdeiros do falecido. Não havendo acordo nesse sentido, os haveres do sócio falecido ou impedido serão pagos aos seus herdeiros da forma que se combinar entre as partes, sempre levando em consideração os interesses sociais, não podendo, entretanto, o prazo de pagamento dos haveres ultrapassar dois anos” (evento 01, arquivo 2, f. 15).

Detalharam, ainda, que a pessoa jurídica recorrente é também única sócia da sociedade unipessoal denominada “Transmeet Ltda”, cujo capital social é composto de quinhentas mil cotas no valor de um real cada.



Rogaram, assim, na ocasião da petição inicial, pela autorização judicial para fins de depósitos judiciais mensais em favor do réu, no valor de quatro mil reais, a título de antecipação dos haveres do espólio demandado e referentes a quinhentos e quarenta e nove mil e quinhentas cotas vinculadas à NTO Participações e Holding Ltda e Transmeet Ltda.

Posteriormente, aditaram a peça de estreia a fim de informar que o réu, representado por sua inventariante, alterou o contrato social da NTO Participações e Holding Ltda, a fim de indicá-la (a inventariante) como única administradora e representante dessa pessoa jurídica (vide 1ª alteração contratual – f. 57/65 da demanda principal); medida na sequência igualmente adotada no contrato social da Transmeet Ltda, sociedade unipessoal da qual a NTO Participações e Holding Ltda é única sócia (vide 6ª alteração contratual - f. 66/70 da demanda originária). Relataram também que a nova administradora contratou funcionários de empresa concorrente, providência que compromete a atividade econômica das recorrentes e da empresa controlada Transmeet Ltda.

Em razão desse novo contexto fático, as requerentes pugnaram pela concessão de tutela de urgência consistente na suspensão da 1ª alteração contratual da NTO Participações e Holding Ltda; da 6ª alteração contratual da Transmeet Ltda e, ainda, pela recolocação da sócia remanescente, ora segunda insurgente, à condição de administradora de ambas as empresas, até o julgamento definitivo desta lide.

Em atenção aos pedidos liminares formulados, adveio decisão interlocutória ao 16º evento dos autos principais, a qual indeferiu a tutela de urgência requestada sob os seguintes fundamentos: i) ausência da probabilidade do direito, visto que o contrato social da requerente NTO Participações Holding Ltda admite a modificação de seu instrumento constitutivo por sócio que represente  $\frac{3}{4}$  do capital social, limite respeitado visto que o sócio falecido, representado por seu espólio, tem a titularidade de noventa e nove por cento das cotas; ii) impossibilidade de se considerar o afastamento dos herdeiros do *de cujus* da sociedade visto que, a despeito da 12ª cláusula do contrato social, não é fácil vislumbrar a continuidade da empresa autora após o pagamento de 99% dos haveres aos herdeiros do falecido; iii) os sucessores do sócio excluído são menores, cujos interesses devem ser resguardados; iv) os herdeiros, antes da partilha, não assumem a titularidade social em discussão, mas podem ter seus interesses representados pelo espólio, que detém os mesmos poderes e deveres do sócio morto; pelo que não há óbice às modificações contratuais realizadas e, por fim; v) da preponderância dos interesses envolvidos, visto que o destino de uma ente personalizado não pode ser definido por quem detém 1% de suas cotas, em detrimento daquele titular de todo o restante. Esta decisão foi agravada pelo recurso autuado sob o nº 5211817.34.

Ato contínuo, em sede de contestação e reconvenção (28º evento dos autos de origem), o espólio ora recorrido manifesta-se, em síntese, pelo seguinte: i) o sócio falecido esteve hospitalizado em unidade de terapia intensiva desde 21/02/2021 para tratamento da covid-19, falecendo no dia 08/03/2021; ii) a NTO Participações e Holding Ltda foi constituída dia 22/02/2021 exclusivamente via assinatura eletrônica, durante período de internação e isolamento hospitalar; iii) a transferência das cotas da sociedade unipessoal Transmeet Ltda, do falecido e único sócio para a NTO Participações e Holding Ltda se deu dia 26/02/2021, também durante internação em centro

de tratamento intensivo e mediante assinatura unicamente eletrônica, resultando na 5ª alteração contratual da empresa Transmeet Ltda; iv) as assinaturas digitais em nome do *de cujus* para operacionalização das modificações contratuais foram efetivadas pela autora pessoa física, então sócia remanescente da empresa NTO Participações Holding Ltda. Ao final, requereu, dentre outros, a anulação do contrato social da NTO Participações Holding Ltda; a anulação da 5ª alteração contratual da Transmeet e, liminarmente, autorização e constituição da inventariante como representante e administradora das duas empresas – NTO e Transmeet.

Sobreveio nova decisão ao 35º evento dos autos principais que deferiu o pedido liminar formulado pela contestante/reconvinte para o fim de determinar o imediato ingresso da inventariante do espólio de Aquitalino Moreira dos Santos Neto na administração plena das empresas NTO e Transmeet Ltda, proibindo à autora/reconvinda qualquer intervenção na gerência do empreendimento, ressalvada a obtenção de informações decorrentes de sua condição de sócia, decisório sobre o qual se insurge o presente recurso.

Requerem, portanto, a concessão do efeito suspensivo a fim de sustar o decisório lançado ao 35º evento dos autos originários.

Preparo é visto no 1º evento, doc. 02.

É o relevante e o pertinente. **DECIDO.**

Trata-se de agravo de instrumento interposto por NTO – Participações e Holding Ltda e Ana Paula Araújo D'Ávila Sertori em face da decisão lançada no 35º evento nos autos da ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com apuração de haveres (5200378.67) ajuizada em face do Espólio de Aquitalino Moreira dos Santos Neto, ora agravado.

Nos termos do relatório, as recorrentes se agitam em face da decisão que, em atendimento ao pedido liminar reconvencional, chancelou as alterações contratuais estabelecidas pelo espólio reconvinte, por sua inventariante, a qual passou também passou a figurar como administradora exclusiva da pessoa jurídica autora, ora agravante, bem como de empresa terceira alheia ao feito.

Neste caso, as insurgentes pleiteiam a concessão de liminar com suporte no artigo 1.019, 1ª parte do inciso I, do CPC de 2015, o qual determina que o Relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, comunicando ao juiz a sua decisão.

No mesmo sentido, o parágrafo único do artigo 995 do referido Diploma Normativo preceitua que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar

demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.”

Sem delongas, mostram-se presentes os requisitos para a concessão do efeito suspensivo pretendido.

*In casu*, a probabilidade do direito consubstancia-se, primeiro, na possível ilegalidade das alterações no contrato social realizadas pelo recorrido, as quais elevaram à condição de sócio administrador o espólio que, à primeira vista, detém apenas direito creditício em face da pessoa jurídica recorrente. Isso porque, a morte de sócio não torna seu espólio ou sucessores, automaticamente, sócios da empresa que o *de cujus* integrava, notadamente se inexistente concordância do quadro social remanescente, hipótese do feito, consoante disposição do contrato social (12ª cláusula e artigo 1.028 do Código Civil).

Segundo, diante da possibilidade de inexistência de interesse de agir à pretensão autoral de dissolução parcial da sociedade – visto que o vínculo societário se resolveu com a morte da dupla de sócios -, hipoteticamente remanesce a reivindicação inicial atinente exclusivamente à apuração de haveres do sócio falecido. Por consectário, esse cenário acena ao falecimento do interesse processual da reconvenção ajuizada no 28º evento, abrigo da decisão objurgada, porque inexistente a conexidade exigida pelo artigo 343 do Código de Ritos diante da controvérsia limitada à aferição dos valores das cotas do sócio morto (STJ, 4ª Turma, REsp nº 1444790/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 25/09/14), relegando às vias ordinárias a prejudicial e preponderante discussão sobre a existência válida da pessoa jurídica recorrente.

Terceiro, porque a decisão combatida invade patrimônio jurídico de sujeito estranho à lide – Transmeet Ltda – confirmando modificação do seu quadro social e gerência sem a correspondente ampliação dos limites subjetivos da demanda anulatória objeto da reconvenção.

Quarto, porque, vislumbrando possível conflito de interesses a envolver os direitos das agravantes, do espólio e, ainda, de terceiro não integrante desta celeuma, não há como manter decisão que outorga à inventariante do credor da pessoa jurídica discutida a qualidade de sua administradora. Ressalte-se inexistir óbice à possibilidade de pessoa estranha ao quadro social assumir as funções de administrador da empresa. Todavia, havendo incompatibilidades nas pretensões jurídicas de cada sujeito sobre o direito e destino da pessoa jurídica em deslinde, mostra-se salutar o distanciamento da ingerência empresarial imiscuída das motivações pessoais de cada parte em contenda.

Por sua vez, o *periculum in mora* se extrai diante da outorga da atividade empresarial à representante do credor da pessoa jurídica, o qual possui interesses colidentes com a sócia remanescente e a própria pessoa jurídica agravante. Ademais, há indícios de que a então administradora contratou funcionários ativos de empresa concorrente, providência que, *prima facie*, podem prejudicar o exercício e continuidade da atividade empresarial, cujos interesses e destino se discutem no feito.



Dessarte, parecem presentes os requisitos insculpidos no art. 300 do CPC, o que autoriza a concessão do efeito suspensivo ao impulso em exame.

Ante o exposto, em apreciação à liminar abrigada no agravo de instrumento autuado sob o nº 5217415.66, **SUSPENDO** os efeitos da decisão hostilizada (35º evento dos autos principais nº 5200378.67), até o julgamento de mérito deste impulso.

À luz do artigo 1.019, inciso II, do Codex de Ritos de 2015, intime-se o agravado para, caso queira, apresentar suas contrarrazões no prazo legal.

Ultimadas as determinações processuais retro indicados, colha-se parecer da douta Procuradoria de Justiça, por envolver interesse de incapaz, a saber, herdeiros menores representados pelo espólio agravado.

Intimem-se. Cumpra-se.

Goiânia, documento datado e assinado digitalmente.

**DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ**

**RELATOR**